

SPOA/SE/MINC

# Estudo Técnico Preliminar 42/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01400001413/2025-28

## 2. Descrição da necessidade

### 2.1 Contratação de empresa especializada em serviços de Brigada de Incêndio (Prevenção, Combate a Incêndio, Evacuação e Primeiros Socorros)

2.2 O presente Estudo Técnico Preliminar visa demonstrar a necessidade de contratação de empresa especializada para a execução contínua dos serviços de Brigada de Incêndio no edifício Palácio Gustavo Capanema, contemplando atividades de prevenção e combate a incêndio, evacuação de áreas e primeiros socorros. Trata-se de serviço classificado como comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por apresentar padrões de desempenho e características amplamente consolidados no mercado. Ademais, enquadra-se como prestação continuada, por constituir atividade de apoio essencial ao regular funcionamento das unidades instaladas no edifício, cuja interrupção poderia comprometer a segurança das pessoas, a integridade do patrimônio e a continuidade das atividades institucionais do Ministério da Cultura.

2.3 A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, com a atuação de profissionais habilitados na função de Bombeiro Civil e Bombeiro Civil Líder, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que regulamenta o exercício da profissão, estabelecendo atribuições específicas relacionadas à segurança contra incêndios e atendimento pré-hospitalar.

2.4 A necessidade da contratação se fundamenta na obrigação legal e técnica de garantir a segurança das instalações e, sobretudo, das pessoas que utilizam as dependências do edifício, sejam servidores, prestadores de serviço ou visitantes. Tais atividades são essenciais para a prevenção de riscos, pronta resposta em situações de emergência e adequada evacuação do edifício, de modo a mitigar eventuais perdas humanas ou materiais.

2.5 No âmbito estadual, destaca-se que o serviço de brigada de incêndio deve estar em consonância com as diretrizes e exigências normativas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), em especial:

- Decreto Estadual nº 42.507/2010, que regulamenta o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico no Estado do Rio de Janeiro, e estabelece a obrigatoriedade da implementação de medidas preventivas contra incêndios em edificações públicas e privadas;
- NPT – Norma de Procedimentos Técnicos do CBMERJ, notadamente a NPT 017 – Brigada de Incêndio, que define os requisitos mínimos para formação, dimensionamento, atuação e equipamentos das brigadas de incêndio, observando o risco da edificação, carga de ocupação e atividades desenvolvidas no local;
- Instruções Técnicas complementares do CBMERJ, que demandam que determinadas edificações, conforme classificação e uso, mantenham brigadas de incêndio em regime de plantão permanente.

2.6. Considerando que o Palácio Capanema é um edifício de uso público, com circulação intensa de pessoas e estrutura de grande valor arquitetônico e histórico, faz-se imprescindível o cumprimento das exigências supracitadas, em especial no que tange à presença constante de brigadistas qualificados, capazes de atuar de forma imediata em casos de incêndio, pânico, acidentes e outras situações de risco.

2.7 A contratação se justifica ainda pela necessidade de atendimento à legislação de segurança do trabalho, conforme a NR-23 (Proteção Contra Incêndios) do Ministério do Trabalho, e pela manutenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento essencial à regularidade da edificação e sua plena ocupação por órgãos públicos.

2.8 Dessa forma, a contratação visa atender ao interesse público, garantindo a segurança física de pessoas e do patrimônio cultural instalado no edifício, em conformidade com a legislação vigente federal e estadual, sendo uma necessidade contínua e essencial ao pleno funcionamento das atividades do MinC no Estado do Rio de Janeiro.

2.9 A necessidade da contratação se fundamenta na obrigação legal e técnica de garantir a segurança das instalações e das pessoas que utilizam as dependências do edifício, conforme as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), especialmente o Decreto Estadual nº 42.507/2010 e a Norma de Procedimentos Técnicos NPT 017 – Brigada de Incêndio.

2.10 Para definição dos valores de referência, será realizada pesquisa de preços com base nos seguintes critérios: contratações similares da Administração Pública (Painel de Preços, Comprasnet), pesquisas em empresas do setor privado, e atas de registro de preços vigentes. A média dos valores apurados servirá como base de referência.

2.11 A estimativa de custos considerará o efetivo mínimo exigido pela NT 2-11/CBMERJ, jornada de trabalho, encargos sociais e trabalhistas, equipamentos, uniformes e cobertura de ausências. Serão considerados custos indiretos e margens de lucro compatíveis com o mercado.

#### **Análise de Risco:**

<b>Risco Identificado</b>	<b>Impacto</b>	<b>Mitigação</b>
Ausência de profissionais nos postos de serviço	Comprometimento da segurança	Prever cláusulas contratuais de penalização e exigência de plano de contingência
Contratação de empresa inidônea	Risco de responsabilização solidária	Exigir comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e registro junto ao CBMERJ
Capacitação inadequada	Ineficiência no atendimento	Exigir certificados de formação e reciclagem atualizada
Descontinuidade do serviço	Vulnerabilidade temporária	Planejar transição com antecedência mínima e cláusula de transição contratual
Reajuste de preços acima do mercado	Prejuízo ao erário	Prever cláusulas de reajuste com base em índices oficiais (INPC ou IPCA)

#### **Análise de Alternativas:**

<b>Alternativa</b>	<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
Contratação de empresa via licitação	Garantia de continuidade e especialização	Exige processo licitatório e fiscalização contínua
Uso de servidores próprios	Menor custo direto	Inviável por falta de pessoal capacitado e vedação legal
Convênio com Corpo de Bombeiros Militar	Expertise institucional	Incompatível com a natureza da edificação
Uso de ata de registro de preços	Agilidade	Dependência de aderência e compatibilidade de objeto

### **3. Área requisitante**

<b>Área Requisitante</b>	<b>Responsável</b>
CGRL	Gilvan Menese
CGRL	Moarcir Wilson

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O Termo de Referência deverá prever a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Brigada de Incêndio, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de uniformes, materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços.

4.2 A solução a ser contratada visa o atendimento das necessidades de prevenção e combate a incêndio, evacuação de área e prestação de primeiros socorros para proteção à vida e ao patrimônio, por meio de serviços de brigada de incêndio via bombeiro civil, nas instalações prediais do **Palácio Gustavo Capanema**, patrimônio histórico tombado localizado no **Centro do Rio de Janeiro/RJ, Rua da Imprensa, 16 - Rio de Janeiro**.

4.3 Os serviços desta contratação serão realizados no seguinte local: **Rua da Imprensa, 16, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20030120**.

4.4 Os serviços a serem contratados enquadrar-se-ão na categoria de bens e serviços comuns, conforme definido no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. Esses serviços possuem padrões de desempenho e características usuais amplamente conhecidas no mercado, possibilitando sua contratação por meio da modalidade de pregão.

4.4.1 Em observação das peculiaridades do objeto para alcançar os resultados pretendidos, é necessário o emprego dos seguintes recursos:

4.4.2 Disponibilização de serviços para prevenção e combate a incêndios, evacuação de áreas e prestação de primeiros socorros, visando proteger a vida e o patrimônio no endereço: Rua da Imprensa, nº 16, Centro, Rio de Janeiro – RJ;

4.4.3 Disponibilização de materiais necessários para garantir a segurança e a integridade do patrimônio **do prédio Palácio Gustavo Capanema**;

4.4.4 Disponibilização de mão de obra fixa qualificada mediante bombeiro civil em regime de dedicação exclusiva, em turnos diurnos e noturnos, jornada 12 × 36 h, observando a legislação correlata.

4.4.5 A adoção do regime de dedicação exclusiva de mão de obra decorre da necessidade de presença contínua de brigadistas nas dependências do Palácio Gustavo Capanema, garantindo atuação preventiva e corretiva ininterrupta, atendimento às exigências normativas e pronta resposta a emergências.

### 4.5 Demais requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

4.5.1 Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando à racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços de brigada de incêndio deve considerar, entre outros, os seguintes requisitos básicos:

4.5.2 Empresa especializada e com experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, comprovada por atestados de qualificação técnico operacional conforme dispor o Termo de Referência;

4.6 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

4.7 Declaração do licitante sobre parentesco no âmbito da Administração, em atenção ao Decreto nº 7.203/2010 e ao art. 48 da Lei 14.133/2021, transcrito a seguir:

*Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:*  
*I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;*  
*II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em*

ato normativo a ser pago pelo contratado;  
 III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;  
 IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;  
 V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;  
 VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

*Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.*

4.8 Considera-se necessária a exigência de garantia contratual, conforme previsto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a ser apresentada pela futura contratada. Essa garantia deverá permanecer vigente durante toda a execução do ajuste e por mais 90 (noventa) dias após o encerramento de sua vigência. A empresa contratada poderá escolher entre as modalidades legalmente admitidas, sendo o valor da garantia fixado em 5% (cinco por cento) do montante global da contratação;

4.9 Cumprimento rigoroso da legislação vigente, especialmente as normas que regulamentam a profissão de brigadista e a prestação de serviços de brigada de incêndio no Estado do Rio de Janeiro, incluindo:

- ABNT NBR 14276 (Programa de Brigada de Incêndio);
- ABNT NBR 14608 (Bombeiro Profissional Civil);
- ABNT NBR 15219 (Plano de Emergência Contra Incêndio);
- NR23 (Segurança e Saúde no Trabalho contra Incêndios) e NR05 (CIPA);
- Instruções Técnicas do CBMERJ – em especial a IT 17/2022 (Brigada de Incêndio) e a NT 211/2019;
- Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do RJ (Decreto nº 42/2018).

4.10 Possuir mão de obra especializada, observando os postos, atribuições, perfil e qualificação profissional, respeitando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme Tabela I:

Descrição Sumária	CBO	Ocupação	Escala
Combatem incêndios em áreas urbanas e florestais, executam salvamentos terrestres, aquáticos e em altura. Previnem diversos tipos de acidentes, como incêndios, vazamentos e explosões. Protegem pessoas, patrimônios e o meio ambiente. Atuam em situações de emergência, administram primeiros socorros e realizam treinamentos, formando equipes de brigada e corpo voluntário de emergência.	517110	<b>Bombeiro Civil</b> (Diurno/Noturno)	12 x 36 h
Combatem incêndios em áreas urbanas e florestais, executam salvamentos terrestres, aquáticos e em altura. Previnem diversos tipos de acidentes, como incêndios, vazamentos e explosões. Protegem pessoas, patrimônios e o meio ambiente. Atuam em situações de emergência, administram primeiros socorros e realizam treinamentos, formando equipes de brigada e corpo voluntário de emergência.	5171-25	<b>Bombeiro Civil Líder</b> (Diurno/Noturno)	12 x 36 h

4.11 O prazo de vigência da contratação será de **01 (um) ano**, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme art's. 106 e 107 da Lei 14.133/2021. A prorrogação encontra respaldo na natureza contínua dos serviços, fundamentais para a segurança e operação do **Ministério da Cultura**.

4.12 A contratada será responsável por verificar se o edifício atende às exigências de Sistemas de Proteção Contra Incêndio e Pânico, conforme a **Instrução Técnica 01/2018CBMERJ (ou norma superveniente)**. Havendo inadequações, deverá comunicar o setor competente e apresentar relatório detalhado.

4.13 A contratada deverá atender aos critérios do Anexo A da IT 17/2022CBMERJ, que define profissionais, quantitativo e qualificações. Requisitos mínimos:

4.13.1 Formação e Certificação: curso de Bombeiro Civil ( $\geq 150$  h) por instituição credenciada ao CBMERJ, mais experiência mínima de 6 meses comprovada em CTPS;

4.13.2 Escolaridade e Credenciamento: ensino médio completo e credencial de Bombeiro Civil válida no CBMERJ;

4.13.3 Capacitação e Aptidão Física: conformidade integral com a IT 17/2022.

#### **4.14 Atuação e Responsabilidades**

4.14.1 A contratada executará serviços de segurança contra incêndio e pânico, evacuação segura da edificação e promoção de cultura preventiva no **Palácio Gustavo Capanema**, atuando como Brigada de Incêndio Particular certificada.

#### **4.15 Classificação dos Serviços**

4.15.1 A natureza dos serviços contratados enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, conforme o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133 /2021. Esses serviços possuem padrões de desempenho bem definidos, amplamente disponíveis no mercado, com diversos fornecedores qualificados para sua execução;

#### **4.16 Planejamento e Condições de Pagamento**

4.16.1 De acordo com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a contratação considerará condições de aquisição e pagamento semelhantes às praticadas pelo setor privado, garantindo maior eficiência e economicidade ao processo.

#### **4.17 Critérios Técnicos**

4.17.1 Os critérios técnicos e de qualificação da mão de obra são essenciais para garantir a excelência na prestação dos serviços de brigada de incêndio, assegurando que a empresa contratada possua capacidade técnica, experiência e qualificação adequada para atender às demandas do Ministério da Cultura. A seguir, são estabelecidos os requisitos que deverão ser rigorosamente cumpridos pela empresa contratada:

4.17.2 Experiência comprovada na prestação de serviços de brigada de incêndio, preferencialmente em organizações de grande porte e com características operacionais similares às do Ministério da Cultura;

4.17.3 Capacitação contínua dos profissionais, com treinamentos periódicos ministrados por instituições reconhecidas, garantindo a atualização das práticas de combate a incêndios e atendimento a emergências;

4.17.4 Conformidade com as normas vigentes, incluindo a NBR 14.276 (Brigada de Incêndio) e demais regulamentações aplicáveis pelo Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro (CBMRJ).

#### **4.18 Certificação obrigatória dos brigadistas**

4.18.1 Todos os profissionais alocados para a prestação do serviço deverão possuir, no mínimo, as seguintes certificações:

4.18.2 Treinamento de Brigada de Incêndio, conforme a NBR 14.276 e os regulamentos estabelecidos pelo CBMRJ;

4.18.3 Curso de Primeiros Socorros, ministrado por entidade reconhecida e em conformidade com as exigências normativas vigentes;

4.18.4 Certificação em Combate a Incêndios, com carga horária compatível com a legislação e os regulamentos aplicáveis;

4.18.5 Habilitação em Atendimento a Emergências, incluindo procedimentos de evacuação de áreas, manuseio de equipamentos de segurança e protocolos de resposta a incidentes críticos.

#### **4.19 Requisitos de Sustentabilidade**

4.19.1 A incorporação de critérios de sustentabilidade na contratação dos serviços de brigada de incêndio é essencial para minimizar os impactos ambientais, otimizar o uso de recursos e garantir a conformidade com diretrizes de responsabilidade socioambiental. Assim, a empresa contratada deverá adotar práticas sustentáveis em suas operações, assegurando a preservação ambiental e o cumprimento das normativas vigentes, como:

4.19.2 Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do TEM;

4.19.3 Adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em conformidade com o artigo 6º da IN/SLTI /MP n.º 01, de 19 de janeiro de 2010;

4.19.4 Deverá ser utilizado equipamentos e materiais de menor impacto ambiental;

4.19.5 Utilizar materiais biodegradáveis;

4.19.6 Seguir as instruções dos fabricantes de modo a oferecer uma boa operação com economia de energia;

4.19.7 Utilizar lâmpadas de led nos equipamentos para economia de energia.

4.19.8 Deverá observar a Resolução CONAMA n.º 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, priorizando o uso de pilhas recarregáveis em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando assim o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

4.19.9 As baterias utilizadas em rádios comunicadores, lanternas e demais dispositivos eletrônicos deverão ser descartados de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

4.19.10 Comprovar a destinação ambientalmente adequada desses resíduos, encaminhando-os a empresas certificadas em reciclagem e descarte seguro de componentes eletrônicos;

4.19.11 Assegurar que os materiais descartados não sejam depositados em aterros comuns, prevenindo a contaminação do solo e dos recursos hídricos;

4.19.12 Apresentar relatórios periódicos sobre a destinação dos resíduos eletrônicos, informando os volumes descartados e os destinação dos materiais.

4.19.13 A adoção desses critérios garantirá que a prestação dos serviços de brigada de incêndio no **Palácio Gustavo Capanema** esteja alinhada às melhores práticas ambientais e de sustentabilidade, conforme Lei 14.133/2021, que determina a incorporação de critérios de desenvolvimento sustentável nas contratações públicas.

#### **4.20 Gestão Sustentável da Água Utilizada no Combate a Incêndios**

4.20.1 Para minimizar o desperdício de água e garantir o descarte adequado dos efluentes gerados em eventuais acionamentos dos sistemas hidráulicos de combate a incêndio, a empresa contratada deverá:

4.20.2 Implementar práticas de contenção e reaproveitamento da água utilizada em treinamentos e testes dos sistemas hidráulicos, sempre que tecnicamente viável;

4.20.3 Evitar o despejo não tratado de efluentes em redes pluviais, utilizando sistemas de filtragem e encaminhamento para unidades de tratamento de água, conforme regulamentação ambiental;

4.20.4 Priorizar o uso de espumas e agentes extintores biodegradáveis ou de baixa toxicidade, minimizando impactos ao solo e a corpos d'água.

#### **4.21 Uniformes com Materiais Ignífugos Sustentáveis**

4.21.1 Os uniformes dos brigadistas deverão ser confeccionados com tecidos ignífugos certificados, preferencialmente livres de substâncias tóxicas e metais pesados, atendendo às especificações da ABNT NBR 15292 (Roupas de Proteção Contra Chamas).

#### **4.22 Além disso, a empresa contratada deverá:**

4.22.1 Priorizar o uso de materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental na confecção dos uniformes, garantindo durabilidade e reduzindo a necessidade de descarte precoce;

4.22.2 Fornecer uniformes reutilizáveis e promover a coleta de peças desgastadas para reciclagem ou destinação ambientalmente adequada.

#### **4.23 A empresa contratada deverá garantir:**

4.23.1A utilização de extintores que atendam às normas ambientais vigentes;

4.23.2 A destinação final adequada dos extintores vencidos ou danificados, conforme os critérios estabelecidos na ABNT NBR 12962 (Manutenção de Extintores de Incêndio).

4.23.3 Incumbirá a empresa, atualização e manutenção do estoque de materiais e equipamentos de uso da Brigada de Incêndio, de acordo com o mínimo estabelecido neste Termo, acrescentando o que for necessário à execução dos serviços.

#### **4.24 Equipamentos com Eficiência Energética**

4.24.1 A empresa deverá fornecer lanternas, rádios e outros dispositivos eletrônicos com certificação de eficiência energética, priorizando modelos recarregáveis e com Selo Procel de Economia de Energia, visando à redução do consumo elétrico e à minimização do impacto ambiental.

#### **4.25 Logística Sustentável**

4.25.1 Sempre que possível, a empresa contratada deverá adotar práticas de mobilidade sustentável para o deslocamento dos brigadistas, priorizando o uso de:

4.25.2 Transporte coletivo ou compartilhado, reduzindo a emissão de poluentes;

4.25.3 Veículos com baixa emissão de carbono, como híbridos ou elétricos, sempre que viável;

4.25.4 Roteirização eficiente para reduzir o consumo de combustíveis fósseis.

#### **4.26 Treinamento em Práticas Sustentáveis.**

4.26.1 Os brigadistas deverão receber capacitação contínua sobre boas práticas ambientais, abordando temas como:

4.26.2 Gestão adequada de resíduos perigosos;

4.26.3 Uso eficiente de recursos naturais;

4.26.4 Redução de desperdícios e minimização de impactos ambientais em emergências.

#### **4.27 Certificações Ambientais da Empresa Contratada**

4.27.1 A empresa prestadora dos serviços deverá comprovar a adoção de boas práticas ambientais por meio de certificações reconhecidas, como: Selo Verde concedido por órgãos ambientais competentes.

4.27.2 A adoção desses critérios garantirá que a prestação dos serviços de brigada de incêndio no edifício **Palácio Gustavo Capanema**, esteja alinhada às melhores práticas ambientais e de sustentabilidade, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021, que determina a incorporação de critérios de desenvolvimento sustentável nas contratações públicas.

#### **4.28 Cumprimento de Regulamentações e Diretrizes Ambientais**

4.28.1 A empresa contratada deverá observar todas as normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho, garantindo que seus procedimentos estejam em conformidade com os normativos vigentes.

4.28.2 Além disso, deverá adotar práticas para otimizar o uso de recursos e reduzir desperdícios, tais como:

4.28.3 Treinamento e capacitação periódica dos empregados em práticas sustentáveis;

4.28.4 Redução do consumo de insumos naturais, priorizando materiais reutilizáveis ou recicláveis;

4.28.5 Coleta seletiva de resíduos nas áreas de trabalho.

4.28.6 A empresa também deverá seguir as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, bem como pela Instrução Normativa nº 01/2010 –SLTI/MPOG, que define práticas sustentáveis na aquisição de bens e serviços pela administração pública.

#### **4.29 Responsabilidade Ambiental da Administração Pública**

4.29.1 A Administração Pública tem a responsabilidade de garantir que suas contratações sigam padrões de sustentabilidade, contribuindo para a preservação dos ecossistemas e a otimização dos recursos naturais. Para isso, deverá:

4.29.2 Implementar as disposições da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG;

4.29.3 Observar os critérios estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, em sua 7ª edição (2024), elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU), em conjunto com a Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES/MGI).;

4.29.4 Observar os princípios da sustentabilidade, o serviço deverá observar, no que couber, as diretrizes estabelecidas na 7ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicada em outubro de 2024 pela Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS /DECOR/CGU /AGU, disponível em Guia Nacional de Contratações Sustentáveis Além disso, deverão ser respeitadas as metas e ações previstas.

4.29.5 Monitorar e exigir boas práticas ambientais por parte da empresa contratada.

4.29.6 A adoção dessas diretrizes visa garantir que a prestação dos serviços de brigada de incêndio esteja alinhada às políticas de sustentabilidade da Administração Pública, promovendo um serviço mais eficiente, seguro e ambientalmente responsável.

4.29.7 Ressaltase que a empresa contratada deverá está em conformidade com os princípios da sustentabilidade, o serviço deverá observar, no que couber, as diretrizes estabelecidas na 7ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicada em outubro de 2024 pela Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU /AGU, disponível em Guia Nacional de Contratações Sustentáveis Além disso, deverão ser respeitadas as metas e ações.

#### **4.30. Da Vedação do Nepotismo**

4.30.1 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, abaixo transcrito:

"Art. 7º, Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança."

4.30.2. No Anexo XII do Termo de Referência, segue modelo de Declaração de Ausência de Nepotismo.



## ANEXO XII – DECLARAÇÃO REFERENTE A NEPOTISMO

Contrato nº:
Processo:
Contratada:
CNPJ da Contratada:
Objeto do Contrato: Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada e desarmada, nas dependências do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério da Cultura

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), \_\_\_\_\_  
 (estado civil), RG nº \_\_\_\_\_, órgão emissor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_,  
 residente à \_\_\_\_\_  
 (endereço), \_\_\_\_\_ (bairro) \_\_\_\_\_ (cidade), \_\_\_\_\_ (estado), na qualidade de empregado  
 da empresa acima referenciada, DECLARO, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848, de 7  
 de dezembro de 1940),

( ) não possuir cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou  
 afinidade, até o terceiro grau, que se enquadrem nas vedações descritas no Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010,  
 ou seja, agente público que exerça cargo de direção ou função gratificada no Ministério do Meio Ambiente - MMA.

( ) possuir cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou  
 afinidade, até o terceiro grau, que se enquadrem nas vedações descritas no Decreto nº 7.203, de 2010, ou seja,  
 agente público que exerça cargo de direção ou função gratificada no MMA, conforme abaixo especificado:

. nome:

. grau de parentesco:

. cargo/função:

Por ser verdade, firmo a presente declaração, para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de  
 seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no  
 art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele  
 inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar  
 direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três  
 anos, e multa, se o documento é particular.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura

### 4.31 Demais Requisitos

4.31.1 A prestação do serviço exige atendimento imediato às demandas do **Ministério da Cultura**, o que requer a presença  
 ostensiva dos brigadistas nas dependências da instituição (Palácio Gustavo Capanema). Dessa forma, além dos requisitos técnicos e  
 operacionais, a empresa contratada deverá atender às seguintes exigências:

4.31.2 Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme os padrões definidos  
 pela Advocacia Geral da União (AGU) e nos termos do art. 29 da Instrução Normativa nº 5/2017;

4.31.3 Apresentação de comprovantes de treinamentos e reciclagens realizadas pelos profissionais, sempre que solicitado pela  
 Administração contratante;

4.31.4 Enquadramento da categoria profissional dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sendo: Bombeiro Civil  
 (Brigadista) – CBO 517110 e Bombeiro Civil Líder (Brigadista) – CBO 517125.

4.31.5 Execução dos serviços em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade ambiental, conforme previsto no Termo de Referência e nas normas aplicáveis;

4.31.6 Declaração da licitante atestando conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

4.31.7 Atendimento a critérios e práticas de sustentabilidade, especialmente aqueles contidos no art. 6º da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01/2010 e no Decreto nº 7.746/2012, garantindo a observância de princípios de eficiência energética, redução de desperdícios e destinação adequada de resíduos.

4.31.8 Os serviços de brigada de incêndio possuem parâmetros normativos e requisitos mínimos bem estabelecidos, não permitindo grande margem para inovação, pois sua finalidade principal é garantir a segurança de edificações e pessoas, sob a supervisão direta dos órgãos reguladores. A terceirização desse serviço se apresenta como a alternativa mais eficiente e segura, garantindo:

4.31.8 Conformidade legal com as exigências normativas do CBMERJ e demais regulamentos aplicáveis;

4.31.9 Mão de obra qualificada e certificada, sem a necessidade de capacitação direta pela Administração Pública;

4.31.10 Continuidade operacional, assegurando a presença de brigadistas treinados e substituições imediatas sempre que necessário;

4.31.11 Eficiência administrativa, com redução de custos operacionais relacionados à gestão de pessoal e infraestrutura de treinamento.

4.31.12 Dessa forma, recomenda-se a formalização do processo de terceirização, observando todos os critérios técnicos e normativos especificados neste documento, garantindo a segurança institucional e a conformidade com as melhores práticas do setor.

#### **4.32 Responsabilidade Social**

4.32.1 A Lei nº 14.133, de 2021, nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, trouxe inovações importantes que não só contribuem para a maior transparência e controle, a racionalização processual, a profissionalização dos recursos e economicidade, como oportunizam o uso do poder de compra do Estado para a indução de transformações econômicas, ambientais e sociais.

4.32.2. No âmbito federal, o dispositivo foi regulamentado pelo Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023 e alterado pelo Decreto nº 12.516/2025. Sua implementação tem sido conduzida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelo Ministério das Mulheres, em parcerias com governos estaduais, por intermédio de seus organismos de políticas para as mulheres e redes de proteção à mulher, essenciais para a identificação e o encaminhamento das mulheres para a política. A iniciativa proposta tem como objetivos:

4.32.3. Desenvolver as ações necessárias para assegurar o atendimento do percentual mínimo de vagas de 8% (oito por cento), nas contratações públicas de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

a) O percentual aplica-se a contratos com quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) colaboradores/as;

b) A empresa contratada deverá efetivar a contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar por meio de processo seletivo;

c) O percentual mínimo deverá ser mantido durante toda a execução contratual;

d) Incluem-se no percentual de vagas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 3º da do Decreto nº 12.516/2025;

e) As vagas deverão ser destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

f) Não se caracterizará descumprimento do emprego do percentual mínimo a indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual.

4.33. A utilização da conta-depósito vinculada como mecanismo de controle interno encontra amparo nas diretrizes de gestão de riscos aplicáveis às contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, especialmente aquelas que envolvem obrigações trabalhistas de caráter continuado.

4.34. Embora a legislação não imponha sua adoção de forma obrigatória em todos os casos, a Administração pode utilizá-la como instrumento de mitigação de riscos, sobretudo quanto ao inadimplemento de verbas trabalhistas, tais como férias, 13º salário e verbas rescisórias, cuja responsabilidade subsidiária pode recair sobre o ente público.

4.35. No caso em análise, considerando que se trata de contratação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo múltiplos postos de trabalho e obrigações trabalhistas recorrentes, a adoção da conta vinculada mostra-se medida prudente e proporcional, visando resguardar o interesse público.

4.36. Sob a ótica da relação custo-benefício, embora a utilização da conta vinculada implique maior complexidade administrativa na gestão contratual, tal ônus é compensado pela significativa redução dos riscos de passivos trabalhistas e pela maior segurança quanto ao cumprimento das obrigações pela contratada.

4.37. Adicionalmente, a medida contribui para maior controle e transparência na execução contratual, alinhando-se às boas práticas de governança e fiscalização de contratos administrativos.

4.38. Eventual resultado fracionário deverá ser arredondado para o número inteiro superior.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1 Para a presente contratação, foram examinadas iniciativas análogas, bem como realizada uma pesquisa em pregões e contratações públicas disponíveis no portal: <https://paineldepregos.planejamento.gov.br/>. Em conformidade com o disposto no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que regula a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para contratação de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Para os casos de pesquisa de preços, aplica-se também a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que trata do procedimento administrativo para esse fim.

5.2 A contratação de brigadistas exige atenção especial às especificidades do serviço, dada sua natureza crítica e especializada, que envolve ações de prevenção e combate a incêndios, primeiros socorros e evacuação de áreas de risco. Por isso, é essencial garantir que os profissionais contratados possuam capacitação técnica compatível com os riscos envolvidos e com a necessidade de resposta rápida e eficaz.

5.3 Para embasar a escolha da alternativa mais vantajosa, foi realizado levantamento de mercado com base em contratações recentes de serviços equivalentes, observando-se práticas adotadas por outros órgãos públicos e entidades que demandam o mesmo tipo de serviço. Esse estudo permitiu identificar parâmetros atualizados de qualidade, composição de equipes, carga horária, equipamentos e valores praticados, assegurando que a proposta selecionada esteja alinhada com a realidade do mercado e com os padrões exigidos para a execução eficiente das atividades.

5.4 Assim, a alternativa escolhida — prestação contínua dos serviços de brigada de incêndio, com atuação 24 horas por dia, todos os dias da semana, por profissionais habilitados na função de Bombeiro Civil e Bombeiro Civil Líder — representa a melhor relação entre qualidade técnica e vantajosidade para a Administração, atendendo plenamente às diretrizes legais e às necessidades operacionais do órgão contratante Ministério da Cultura. As alternativas identificadas estão detalhadas no Quadro de Soluções de Mercado apresentado a seguir:

ÓRGÃO	Nº DO EDITAL	OBJETO	MODELO DE CONTRATAÇÃO	PREVISÃO DE MATERIAIS
FNDE	90005/2025	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de prevenção e combate a incêndio, evacuação de área e prestação de primeiros socorros para proteção à vida e ao patrimônio por meio de bombeiro civil, compreendendo também o fornecimento de todos os insumos emateriais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços	POSTO	SIM
CNPQ	90017/2024	Contratação de situadas no Distrito Federal, por meio do fornecimento e atuação de Brigada de Incêndio Particular (Bombeiro Civil) devidamente constituída, certificada e capacitada, e fornecimento de materiais e equipamentos serviços de prevenção contra incêndio e pânico, abandono de edificação, o desenvolvimento e manutenção de boas práticas e métodos preventivos para a segurança do trabalho nas dependências da Contratante	POSTO	SIM
MEC	90009/2024	Contratação de serviços de prevenção contra incêndio e pânico, abandono de área, primeiros socorros, atendimento de emergência em edificações, elaboração e atualização do plano de prevenção, combate à incêndio e abandono (ppcia), desenvolvimento e manutenção de boas práticas e métodos preventivos para a segurança do trabalho.	POSTO	SIM
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	90012/2024	Contratação, em grupo único, de serviços continuados de prevenção e combate a princípios de incêndios e acidentes, incluindo fornecimento de material de brigada, salvamentos e primeiros socorros, abandono de edificação e desenvolvimento de política prevencionista de segurança contra incêndio, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	POSTO	SIM
Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES-RJ)	90015/2024	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de prevenção e combate a incêndio e atendimento de emergências setoriais por meio de brigada de incêndio, constituída de Bombeiros Profissionais Civis, de forma contínua.	POSTO	SIM

#### **Solução 1 - Contratação de serviço de brigadistas sem a inclusão dos materiais:**

5.5 Esta solução se adapta àqueles órgãos que dispõem de contratos de aquisição de materiais, bem como de espaço físico de armazenamento e servidores para gerir esses contratos e controlar o recebimento e consumo dos materiais. Nessa hipótese, teríamos que, a cada ano, realizar licitação para a aquisição dos referidos materiais, o que tomaria tempo, custos, mão de obra e espaço no almoxarifado, tornando a necessidade de aquisição de materiais desta natureza uma obrigação. Além do risco de faltar alguns destes materiais no momento de uma emergência, em razão de atraso no procedimento de compra ou na falta de controle d a fiscalização em controlar a reposição, ou a perda de algum item. Assim o Ministério da Cultura, entende que este modelo não atende às necessidades da instituição.

#### **Solução 2 – Contratação de serviço de brigadistas com a inclusão dos materiais:**

5.6 Esta solução tem sido adotada pela maioria dos órgãos públicos federais, tendo em vista que dispensa a necessidade de provocar processo licitatório para aquisição desses insumos, considerando que as empresas prestadoras dos serviços de brigadistas têm a expertise na escolha dos insumos necessários para a execução dos serviços. Por se tratar de opção de fácil gerenciamento e fiscalização simples.

#### **Solução 3 – Contratação de serviço de brigadistas por diária:**

5.7 Tipo de solução muito comum em contratações dos serviços de Brigadistas para Eventos, onde é possível demandar a empresa contratada para atendimento conforme a necessidade. As contratações dos serviços por diária, de acordo com a necessidade dos serviços, mostram-se não aplicáveis ao caso do **Ministério da Cultura**, uma vez que, na ausência de uma equipe fixa para execução da demanda, a Contratada teria que encaminhar um profissional sempre que solicitado, e não haveria como garantir que seriam sempre os mesmos profissionais. Assim, a equipe não estaria familiarizada com as rotinas do **Ministério da Cultura**, o que resultaria em um atendimento ineficaz e moroso.

5.8 Diante da análise comparativa entre as alternativas apresentadas, a Solução 2 mostra-se a mais adequada para atender à necessidade da Administração, por garantir a efetiva entrega do resultado pretendido, aliando viabilidade técnica, adequação orçamentária e menor risco de execução. Essa solução contempla integralmente os requisitos funcionais identificados, encontra-se compatível com os limites financeiros disponíveis e representa uma escolha racional e eficiente sob a ótica da economicidade, conforme preconizado no art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Por essas razões, sua adoção é justificada como a alternativa mais vantajosa para a Administração.

5.9 No levantamento de mercado, foram analisadas diferentes alternativas para atendimento da demanda institucional relacionada aos serviços de brigada de incêndio (prevenção, combate a incêndio, evacuação e primeiros socorros), incluindo modelos de contratação sem dedicação exclusiva de mão de obra, execução por demanda eventual, bem como soluções baseadas em empreitada por escopo.

5.10. Verificou-se, contudo, que tais alternativas não se mostram adequadas às necessidades da Administração, uma vez que não garantem a presença contínua de profissionais capacitados nos postos de serviço, tampouco asseguram o tempo de resposta imediato exigido em situações de emergência.

5.11. Destaca-se que a natureza dos serviços demanda atuação preventiva e permanente, não se limitando a atendimentos pontuais ou sob acionamento, o que afasta a viabilidade de modelos contratuais baseados exclusivamente em demanda ou execução eventual.

5.12. Dessa forma, conclui-se que, dentre as soluções disponíveis no mercado, a única apta a atender de forma eficaz, segura e contínua à necessidade administrativa é aquela que prevê a disponibilização de mão de obra com alocação permanente nos postos de trabalho.

## **Sobre a Periculosidade**

5.13 No presente caso, verifica-se que a própria Convenção Coletiva de Trabalho da categoria estabelece, de forma expressa, a obrigatoriedade do pagamento de adicional de periculosidade no percentual de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário-base dos empregados que fazem jus ao referido adicional, em conformidade com o art. 6º, inciso III, da Lei nº 11.901/2009.

5.14. Ademais, a natureza das atividades desempenhadas pelos bombeiros civis — que envolvem prevenção e combate a incêndio, atuação em situações emergenciais e exposição a riscos — é compatível com o enquadramento legal da periculosidade, reforçando a aplicação do referido adicional.

5.15. Dessa forma, a Administração adotou como parâmetro a norma coletiva vigente, incorporando o adicional de periculosidade na planilha de custos e formação de preços, em observância à legislação específica da categoria e às condições efetivas de execução dos serviços.

5.16. Assim, diferentemente de outras hipóteses em que se exige laudo técnico para caracterização da condição especial de trabalho, no presente caso há previsão normativa específica que fundamenta a inclusão do adicional, sem prejuízo do aprimoramento da redação do Termo de Referência para explicitar tal condição.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de brigada de incêndio, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, abrangendo atividades de prevenção e combate a incêndios, evacuação de ambientes e prestação de primeiros socorros.

6.1.1. A adoção desse modelo justifica-se pela necessidade de manutenção de equipes permanentemente alocadas nos postos de serviço, com disponibilidade imediata para atuação em situações emergenciais, garantindo a proteção de pessoas, patrimônio e a continuidade das atividades institucionais.

6.1.2. A natureza do objeto exige atuação contínua e preventiva, não sendo compatível com modelos de execução por demanda ou sem dedicação exclusiva, os quais não asseguram o nível de prontidão e segurança requerido.

6.1.3. Adicionalmente, a contratação com dedicação exclusiva de mão de obra permite maior controle operacional, padronização dos serviços e adequada gestão dos riscos envolvidos, evidenciando-se como a solução mais eficiente e adequada ao atendimento do interesse público.

6.1.4. O serviço de Bombeiro Civil e Bombeiro Civil líder será prestado através da unidade de medida **"POSTO DE TRABALHO"**.

6.2 Os serviços deverão ser executados em regime de escala 12x36 horas, abrangendo todos os dias da semana, inclusive feriados. Para o posto diurno, a jornada corresponderá ao período das 7h às 19h, enquanto o posto noturno será cumprido das 19h às 7h. A organização dos turnos deverá assegurar a continuidade das atividades, de modo que não haja interrupção na cobertura dos postos durante a prestação dos serviços. Eventual pausa para alimentação deverá ser administrada pela contratada, sem prejuízo da integralidade da escala e da manutenção do efetivo mínimo exigido.

6.3 Os postos de trabalho serão agrupados em um único lote, incluindo nesse lote os postos diurnos e noturnos. A opção pela licitação agrupada por lotes, em vez de divisão por itens, fundamenta-se na correlação técnica e na similaridade entre os serviços ou produtos que compõem cada lote.

6.4 Essa abordagem visa garantir a coerência na execução contratual, assegurando a aplicabilidade eficiente dos serviços, sem comprometer a ampla competitividade do certame.

6.5 O agrupamento por lote está em plena consonância com as práticas de mercado e será realizado com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

6.6 A escolha por lote também se justifica pela viabilidade e economicidade proporcionais as empresas participantes, uma vez que possibilita que uma única empresa forneça todos os itens de um mesmo lote, otimizando recursos e reduzindo custos de serviços.

6.7 A solução contempla a prestação de serviços de prevenção e combate a incêndios e acidentes, incluindo:

- Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais de primeiros socorros e ferramentas de uso diário;
- Procedimentos de abandono de edificação e evacuação emergencial;
- Desenvolvimento de uma política prevencionista de segurança contra incêndios, com medidas para mitigação de riscos e capacitação dos profissionais e ocupantes da edificação;
- Execução dos serviços de brigada de incêndio na edificação guarnecida, com a alocação de brigadistas em postos de trabalho, conforme definido neste estudo técnico preliminar.

6.8 Os Quadros 01 e 02, abaixo, discriminam os postos necessários para desenvolvimento das atividades e dos serviços, detalhando as suas atribuições e os requisitos (grau de instrução, jornada de trabalho, exigências legais, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes) exigidos dos empregados a serem alocados na execução dos serviços, servindo como uma guia para a empresa contratada nos seus processos de recrutamento, seleção e contratação:

QUADRO 01: SERVIÇO DE BRIGADISTA DE INCÊNDIO - (BOMBEIRO CIVIL – LÍDER)

Cargo	Bombeiro Civil - Líder	
Código CBO (Portaria MTE nº 397/2002)	5103-05	
Descrição Sumária	Supervisionam, orientam e treinam equipes de segurança, analisam projetos de segurança e adotam medidas corretivas, programam simulados de emergência, elaboram escalas de serviços, supervisionam atividades, postos de trabalho, locais e atividades de risco, investigam causas de ocorrências, sugerem medidas preventivas e corretivas, atendem clientes e coordenam planos de emergência.	
Atribuições	Responsável por assegurar que a Brigada de Incêndio execute as atribuições definidas no Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) e na legislação vigente do CBMERJ, especialmente a NTPAD nº 21; Coordenar, orientar e atuar nas ações de emergência na edificação onde estiver lotado; Auxiliar o supervisor nas atividades de prevenção contra incêndio e pânico; Executar ações preventivas e de resposta a emergências em conformidade com as normas técnicas estaduais aplicáveis.	
Requisitos	Jornada de Trabalho	12x36 horas
	Grau de Instrução	Curso com carga horária superior a 1.000 horas/aula, conforme o currículo básico de formação de Chefe de Brigada de Incêndio Particular previsto na legislação estadual vigente, com exigência de escolaridade mínima de Ensino Médio, em conformidade com a Resolução SEDEC nº 33/2014 e a NTPAD nº 21 do CBMERJ.
	Exigência Legal	Credenciamento de Brigadista Particular Registro Geral expedido pelo Corpo de Bombeiros
	Experiência	05 anos
	Conhecimento	Capacitação continuada a cada 24 meses

Fonte: NTPAD nº 21 – CBMERJ, conforme Resolução SEDEC nº 33/2014.

QUADRO 02: SERVIÇO DE BRIGADISTA DE INCÊNDIO (BOMBEIRO CIVIL)

Cargo	Bombeiro Civil	
Código CBO (Portaria MTE nº 397/2002)	5171-10	
Descrição Sumária	Previnem situações de risco e executam salvamentos terrestres, aquáticos e em altura, protegendo pessoas e patrimônios de incêndios, explosões, vazamentos, afogamentos ou qualquer outra situação de emergência, com o objetivo de salvar e resgatar vidas; prestam primeiros socorros, verificando o estado da vítima para realizar o procedimento adequado; realizam cursos e campanhas educativas, formando e treinando equipes, rigadas e corpo voluntário de emergência.	
Atribuições	Executar ações de prevenção e emergência Treinar e orientar os Brigadistas Voluntários da edificação Executar as atribuições da Norma Técnica nº 007/2011- CBMDF- Brigada de Incêndio e normas do PPCI	
Requisitos	Jornada de Trabalho	12x 36 horas
	Grau de Instrução	Ensino fundamental completo. Curso com carga horária superior a 150 horas/aula, conforme o currículo básico de formação de Brigadista de Incêndio Particular previsto na NTPAD nº 21, em conformidade com a Resolução SEDEC nº 33/2014 – CBMERJ.
	Exigência Legal	Registro Geral expedido pelo Corpo de Bombeiros
	Experiência	05 anos
	Conhecimento	Capacitação continuada a cada 24 meses

Fonte: NTPAD nº 21 – CBMERJ, conforme Resolução SEDEC nº 33/2014.

6.9 A execução dos serviços será realizada sob orientação dos fiscais e gestores do contrato, observadas as exigências e obrigações estabelecidas no Edital e demais anexos, especialmente os referentes ao cumprimento dos requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, normas e regras da instituição.

6.10 Eventuais faltas no posto de trabalho ou substituições, deverão ser supridas somente por profissional que atenda integralmente aos requisitos técnicos exigidos.

6.11 A substituição definitiva de empregado deverá ocorrer mediante justificativa e prévia aprovação da fiscalização e da gestão do contrato.

6.12 As escalas mensais e diárias de serviços deverão ser enviadas aos gestores e fiscais do contrato conforme solicitação formal ou na forma acordada.

6.13 Conforme estabelece a NTPAD nº 21 do CBMERJ, são equipamentos necessários ao funcionamento da Brigada de Incêndio: luvas, capacetes, lanternas, aparelhos de comunicação (rádio e/ou telefone móvel), conjunto de primeiros socorros e demais Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), de acordo com os riscos específicos das edificações e ambientes, observadas as orientações do CBMERJ ou do Supervisor da Brigada de Incêndio.

6.14 Ressalta-se, ainda, que a NTPAD nº 21, aprovada pela Resolução SEDEC nº 33/2014 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, estabelece que o quadro de brigadistas de incêndio deve dispor de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e conjunto de primeiros socorros, além de outros equipamentos necessários, considerando as particularidades de cada edificação, conforme descrito a seguir:

#### 6.15 Recursos das Brigadas de Incêndio:

6.15.1 A Brigada de Incêndio deve dispor dos EPIs e dos meios de comunicação indispensáveis ao desempenho de suas funções. São considerados equipamentos básicos: luvas, capacetes, lanternas, rádios comunicadores e/ou telefones móveis, kits de primeiros socorros e outros EPIs adequados aos riscos específicos do local, conforme definido pelo CBMERJ ou pelo Supervisor da Brigada.



O uniforme deverá compreender as seguintes peças de vestuário:

UNIFORMES (CBMERJ – NTPAD nº 21 / Resolução SEDEC nº 33/2014)		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR PESSOA
Meião	Confeccionado em algodão e lycra, com resistência adequada ao uso operacional.	02 pares
Camiseta	Camiseta em malha fria, com estampa nas costas contendo a inscrição “BRIGADISTA” ou “CHEFE DE BRIGADA” em semicírculo. Na frente, logomarca da empresa no lado esquerdo, e nome do brigadista com tipagem sanguínea no lado direito. No braço direito, identificação do órgão contratante.	02 unidades
Calça	Calça em tecido Rip Stop, resistente a rasgos e abrasões, conforme padrão operacional adotado pelo CBMERJ, com costura dupla reforçada.	02 unidades
Gandola	Gandola em tecido RIP-STOP, com identificação nas costas (“BRIGADISTA” ou “CHEFE DE BRIGADA”) bordada em faixa horizontal. Contém faixas refletivas. Nos bolsos, logomarca da empresa (esquerdo) e nome + tipagem sanguínea (direito). No braço direito, velcro para fixação do nome do órgão.	02 unidades
Coturno	Coturno em couro hidrofugado, com tecido poliéster impermeável, espessura mínima de 2mm, forro térmico em EVA, solado de borracha antiderrapante, resistente a óleo, combustíveis e à corrente elétrica. Impermeável e com proteção para bico e calcanhar.	01 par
Jaqueta	Jaqueta em brim pesado, 100% algodão, com fechamento em zíper e bolsos frontais (2 superiores e 2 inferiores), resistente a intempéries e adequada para uso externo em emergências.	01 unidade
Cinto	Cinto em nylon, com fivela metálica resistente e ponteira em acabamento polido, ajustável e compatível com o uso operacional da calça tática.	01 unidade

6.15.2 Os uniformes deverão ser fornecidos a cada 06 (seis) meses, com exceção do coturno, ou sempre que solicitado pela Fiscalização do contrato, em virtude de desgaste prematuro ou inadequação.

6.15.3 O coturno deverá ser fornecido a cada 12 (doze) meses, ou quando solicitado pela Fiscalização do contrato, em caso de desgaste acentuado, comprometimento da segurança ou perda das propriedades de impermeabilidade.

6.15.4 No caso de colaboradora gestante, os uniformes deverão ser adaptados à sua condição, devendo ser substituídos sempre que apresentarem restrição de conforto ou mobilidade.

6.15.5 A entrega dos uniformes deverá ocorrer mediante recibo individual, cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à Fiscalização Técnica do Contrato.

6.15.6 Os uniformes deverão ser entregues diretamente no local de trabalho (posto de serviço), na presença da Fiscalização do contrato ou de servidor designado pela Gestão do Contrato.

6.15.7 A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de que os uniformes estão em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos pela NTPAD nº 21/2014 do CBMERJ, salvo se os modelos e padrões estiverem previamente aprovados e divulgados no site oficial do referido órgão.

6.15.8 É vedado o repasse de qualquer custo referente aos uniformes aos empregados da CONTRATADA.

6.15.9 A qualidade e os quantitativos dos uniformes foram definidos com base nas disposições da NTPAD nº 21/2014 – CBMERJ, e nas normas coletivas vigentes da categoria profissional do Estado do Rio de Janeiro.

6.15.10 Os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, materiais de salvamento, de primeiros socorros e as ferramentas para arrombamento e auxílio ao CBMERJ serão os que constam nas seguintes tabelas:

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI		
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Capacete de segurança, tipo III, classe A, em polipropileno, com uma nervura central, suspensão forrada e acolchoada, composta de duas fitas de poliéster, com regulagem de tamanho, banda de suor e jugular de poliéster (com lanterna, com bateria recarregável)	Unidade	7
Luva de couro vaqueta, comprimento total 23 cm, com reforço interno do mesmo material na palma, reforço externo tira entre polegar e indicador, com costuras com linha de nylon, com elástico no dorso e acabamento na borda do punho em vés tnt.	Pares	25
Rádio de comunicação HT (Hand-Talk = rádio de mão) /Nextel ou similar, licenciados junto a ANATEL.	Unidade	7
Lanterna recarregável de no mínimo 06 volts e 27 lâmpedas de LED	Unidade	7
Óculos de proteção resistente a impactos, choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros, armação e haste regulável fixa na armação por pinos metálicos, proteção contra riscos, proteção lateral injetada na mesma peça (EPI).	Unidade	25

MATERIAIS DE SALVAMENTO		
Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Capa de chuva plástica, impermeável, em PVC forrado ou forro em trevira, na cor amarela, com capuz e manga comum e comprimento abaixo dos joelhos, com faixa refletiva na altura das costas, tórax e punhos	Unidade	7
Desfibrilador Automático Externo (DEA)	Unidade	2
Escada em fibra de vidro ou em alumínio, com pé e 6 (seis) degraus emborrachados	Unidade	2
Fita zebrada plástica utilizada para isolamento em áreas de acidente nas cores amarela e preta, dimensões de 07 cm x 200 m	Rolo	12
Maca fixa reclinável: tubo redondo em aço carbono, pintura eletrostática, estofado em espuma D28 revestido em corvin, cabeceira regulável, suporte para lençol, dimensões: 1.80 x 0.62 x 0.80m	Unidade	2
Megafone com potência regulável, alcance de 1km em zona rural e 500m em zona urbana, autonomia de 15 horas	Unidade	3
Oxímetro de pulso portátil	Unidade	3
Pilha Alcalina Grande D	Unidade	12
Pilha Alcalina AAA Palito	Unidade	22
Tala moldável grande (86cm x 10cm x 2cm)	Unidade	4
Tala moldável média (63cm x 9cm x 2cm)	Unidade	4
Tala moldável pequena (30cm x 8cm x 2cm)	Unidade	4
Talabarte de fita em 'y', com dois mosquetões de 55mm e um de 20mm, com absorvedor de impacto	Unidade	7
Reanimador Pulmonar Ressuscitador Manual PVC Adulto, com máscara, válvulas de pressão e oxigênio, bolsa de reserva	Unidade	2
Cinto tipo paraquedista com tiras em Confort PES (Poliéster), regulagens e proteção lombar	Unidade	7

MATERIAIS DE PRIMEIRO SOCORROS		
Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Álcool etílico a 70% P/V, para superfícies fixas, antissepsia da pele em procedimentos de médio e baixo risco, com validade de 24 meses, apresentação em frasco de 1000 ml	Frasco	6
Algodão hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo, com aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca, peso líquido de 500 gramas	Pacote	4
Aparelho de pressão digital, com inflagem manual, indicação para pressão arterial e batimentos cardíacos, com bateria sobressalente (baterias reservas)	Unidade	3
Atadura de crepe, de 6 cm x 3 m, 10 cm x 4,5 m, 15 cm x 4,5 m, cor natural, com 13 fios, constituído de fios de algodão cru, bordas devidamente acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas	Rolos de Cada Tamanho	6
Atadura elástica de 10 cm x 4,5 m, com acabamento especial para aumento da durabilidade, da pressão do enfaixamento, com ótimo nível de estiramento	Rolo	2

Bandagens triangulares (142cm x 100cm x 100cm)	Unidade	3
Bolsa térmica gel quente/frio 250ml	Unidade	2
Bolsa para resgate grande, confeccionada em "ripstop", com divisórias, bolsos internos, bolsos externos, medindo aproximadamente: C 40cm x L 30cm x A 10cm e velcro na tampa	Unidade	2
Cadeira de rodas adulto (capacidade até 120 kg)	Unidade	2
Cadeira de rodas adulto (capacidade até 160 kg)	Unidade	1
Colar cervical, confeccionado em polipropileno, radioluminescente, com suporte adaptável a qualquer forma de mandíbula	Unidade	4
Cobertor térmico de emergência (aluminizado), confeccionado em polietileno, medindo 2,10m x 1,40 m	Unidade	10
Cuba rim em aço inox, tamanho médio	Unidade	3
Curativo microporoso, resistente à água, tamanho: 19 mm x 75 mm, em caixa com 30 unidades	Caixa	5
Gaze esterilizada, 7,5 x 7,5 cm, 13 fios, 8 dobras, algodão hidrófilo, pacote com 10 unidades	Pacote	20
Lençol descartável, tamanho 70cm x 50m (rolo), caixa com 10 unidades	Caixa	3
Luva de látex para procedimento hospitalar, descartável, caixa com 100 unidades	Caixa	6
Lixeira hospitalar retangular 15 litros, com pedal, fabricada em polipropileno	Unidade	2
Máscara de RCP-descartável, em plástico impermeável, com válvula que impede retorno de ar	Unidade	25
Máscara cirúrgica descartável, formato retangular, com elástico, em caixa com 50 unidades	Caixa	4
Pinça anatômica, em aço inox, 14 cm	Unidade	3
Pinça mosquito curva, em aço inox, 12 cm	Unidade	3
Plástico protetor de queimaduras e eviscerações (50cm x 50cm), esterilizado	Unidade	6
Prancha longa polietileno (190cm x 45cm) com imobilizador de cabeça, conjunto completo	Unidade	3
Respirador purificador de ar tipo peça um quarto facial, tamanho único, com filtros químicos classe 1	Unidade	7
Saco plástico para lixo hospitalar branco leitoso, 15L, pacote com no mínimo 50 unidades	Pacote	2
Soro fisiológico de 0,9%, embalagem plástica de 500 ml	Frasco	12
Termômetro clínico digital, com "beep" sonoro, visor grande, desligamento automático	Unidade	3
Tesoura cirúrgica ponta romba	Unidade	3

FERRAMENTAS PARA ARROMBAMENTO E AUXÍLIO AO CBMERJ		
Descrição	Unidade de Medida	Quant.

Alicate bico meia cana 6 polegadas	Unidade	2
Alicate corte diagonal 6 polegadas	Unidade	2
Alicate universal 8 polegadas	Unidade	2
Arco de serra fixo de 12" com Lâmina reserva para arco de serra fixo de 12"	Unidade	2
Chave de fenda teste, com "neon", de 100 a 500 Volts	Unidade	2
Chaves de fenda: 1/8 x 4", 3/16 x 4" e 1,4 x 5"	Unidade	2
Chaves Philips: 1/4 x 4", 1/4 x 6", 1/8 x 3" e 3/16 x 3"	Unidade	2
Cação de 18 polegadas, em aço carbono, com cabo em polipropileno	Unidade	2
Machado para bombeiro, cabeça chata, cunha de ferro e cabo de madeira	Unidade	2
Marreta de 5 kg, com base polida, cabo curto de madeira fixado com cunhas metálicas	Unidade	2
Martelo de aço com cabo de madeira e mínimo de 250 mm de comprimento	Unidade	2
Pé de cabra duplo, tamanho 36" polegadas, corpo em aço carbono, acabamento com pintura na cor preta, têmpera por indução nas extremidades, medindo 90cm	Unidade	2
Talhadeira em aço especial com empunhadura injetada em PVC, tamanho 25x215mm	Unidade	2
Tesoura profissional corta vergalhão ferro 24 polegadas	Unidade	2

6.15.11 Para quantitativo dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI foram considerados a quantidade de postos a serem contratados e de profissionais a serem alocados para a execução dos serviços.

6.15.12 Foi utilizado como referência o histórico de utilização durante a vigência do Contrato nº 250/2022, bem como as diretrizes da **Norma Técnica nº 12/2016 – CBMERJ**, para estimar o quantitativo de materiais de salvamento, de primeiros socorros e de ferramentas para arrombamento e apoio às ações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

6.15.13 O quantitativo de materiais de salvamento, de primeiros socorros e de ferramentas para arrombamento e apoio ao CBMERJ está previsto para atender ao período de vigência contratual. Caso ocorra o consumo total e/ou a indisponibilidade dos materiais e ferramentas antes do término do contrato, a contratada deverá providenciar a reposição imediata, sem ônus adicional para a Administração.

6.15.14 A estimativa de materiais considerou o local de execução dos serviços — o Edifício Palácio Gustavo Capanema, bem como o volume médio de utilização decorrente das ocorrências rotineiras na unidade.

#### **6.16 Compete à Empresa Contratada:**

6.16.1 Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante;

6.16.2 Alocar, desde o primeiro dia de vigência do contrato, os empregados designados nos respectivos postos, nos horários fixados na escala de serviços elaborada pela Administração do Ministério da Cultura, presente no parágrafo 11.3.1 escala será distribuída seguinte forma: **Tabela V**;

6.16.3 Manter disponibilidade de efetivo para atender, sempre que houver necessidade, eventuais substituições/reposições, cabendo-lhe, ainda, impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida no Ministério da Cultura;

- 6.16.4 Acatar as exigências da fiscalização do Ministério da Cultura quanto à execução dos serviços, horários, promovendo a imediata correção das deficiências apontadas pelo Ministério, quanto à execução dos serviços contratados;
- 6.16.5 Cumprir a jornada de trabalho estabelecida pelo Ministério, em conformidade com as leis trabalhistas;
- 6.16.6 Prestar esclarecimentos ao Ministério, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;
- 6.16.7 De acordo com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, Anexo VIII-B – Da fiscalização administrativa - Encaminhar, no primeiro mês da prestação dos serviços, relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 6.16.8 De até 05 (cinco) dias corridos para promover o ressarcimento de danos, avarias e desaparecimentos de bens materiais causados ao Ministério da Cultura ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos a preços atualizados, contados a partir da comprovação e ciência de sua responsabilidade;
- 6.16.9 Orientar os funcionários para que se comportem sempre de forma cordial, e se apresentem sempre dentro dos padrões de higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços; - Adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados, quanto para os serviços;
- 6.16.10 Providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas internas, especialmente aquelas relativas à segurança do ~~Ministério~~ Palácio Gustavo Capanema onde será executado o serviço;
- 6.16.11 Promover a imediata substituição de empregados, quando solicitado pelo Ministério ou, em caso de férias, faltas, independentemente do motivo apresentado, no prazo de 02 (duas) horas após a notificação, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação;
- 6.16.12 A concessão de férias, licenças, folgas e descansos semanais, atribuída aos profissionais alocados nos postos de trabalho, será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser mantido sempre o quantitativo determinado nestes Estudos Preliminares;
- 6.16.13 A prestação do serviço será realizada conforme estabelecido pela Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG – atualizada em 2024 - a qual continua vigente e serve como referência para a modelagem da contratação. Os quantitativos, jornadas de trabalho e categorias profissionais envolvidos estão dispostos neste documento.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 7.1 Justificativa da contratação de 24 brigadistas

A Administração optou pela contratação de empresa especializada na prestação de serviço de brigadistas profissionais para atender à obrigatoriedade da presença de pessoal habilitado e capacitado nas dependências da edificação.

Inicialmente, o quantitativo foi dimensionado tomando como referência a ocupação integral do prédio, considerando:

- a necessidade de cobertura 24h por dia, em regime de escala 12x36;
- o número de postos de atuação (para atender a demanda do fluxo de pessoas no prédio);

Adota-se, portanto, o quadro a ser contratado será :

SERVIÇOS DE BRIGADISTA NO PRÉDIO DO PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA						
Tipo de Serviço	Valor proposto	Quant. de empregados	Valor proposto	Quantidade de Postos	Valor total mensal (F)	Valor total anual (G)=

(A)	por empregado (B)	por posto (C) = (B x C)	por posto (D)= (BxC)	(E)	= (DxE)	(Fx12)
Bombeiro civil diurno 12 x 36 h	R\$ 6.286,20	2	R\$ 12.572,40	2	R\$ 25.144,81	R\$ 301.737,71
Bombeiro civil noturno 12 x 36 h	R\$ 6.902,18	2	R\$ 13.804,35	2	R\$ 27.608,71	R\$ 331.304,50
Bombeiro civil líder 36h	R\$ 8.263,18	1	R\$ 8.263,18	1	R\$ 8.263,18	R\$ 99.158,19
Bombeiro civil 12h Folguista Diurno	-	1	R\$ 2.079,28	4	R\$ 8.317,13	R\$ 99.805,55
Bombeiro civil 12h Folguista Noturno	-	1	R\$ 2.283,03	4	R\$ 9.132,11	R\$ 109.585,34
<b>Valor mensal dos serviços</b>					<b>R\$ 78.465,94</b>	
<b>Total anual</b>						<b>R\$ 941.591,28</b>

7.1.2 Contudo, a **apresentação efetiva dos brigadistas ocorrerá de forma gradativa, conforme a demanda da Administração Pública**. Ou seja, o órgão indicará inicialmente a quantidade necessária para a cobertura mínima dos postos essenciais e, à medida que houver ampliação da ocupação ou novas necessidades operacionais, solicitará à contratada a disponibilização dos demais profissionais até o limite do quantitativo previsto.

7.1.3 Essa estratégia é compatível com a NT 02/11, uma vez que a norma permite que os brigadistas sejam contratados ou designados, desde que possuam os requisitos técnicos e treinamento adequado, garantindo assim a resposta imediata a emergências, conforme exigido no item 5 da referida norma.

7.2 Para a definição das quantidades a serem contratadas, foi considerada a necessidade de cobertura contínua das atividades de prevenção e resposta a emergências, respeitando a jornada de trabalho e a escala de revezamento adequada à natureza do serviço. O valor estimado da contratação foi obtido após a realização de pesquisa de preços praticados no mercado, considerando contratações similares realizadas por outros órgãos públicos. Além disso, foi levada em conta a proposta de reajuste salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho 2025 da categoria profissional de Bombeiro Civil, garantindo que os valores estejam atualizados e compatíveis com a realidade do setor. A estimativa de quantitativo refere-se à contratação de 13 (treze) postos para um total de 26 (vinte e seis) brigadistas sendo 2 (dois) por posto de líder e 2 (dois) para folguistas, assegurando a cobertura integral das atividades durante todo o período de 24 horas por dia 7 dias da semana.

7.3 A pesquisa de preços teve como base:

7.3.1 Consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas

7.3.2 Análise de processos licitatórios similares realizados por outros órgãos públicos federais;

7.3.3 Comparação de valores praticados em contratações recentes, garantindo maior precisão na estimativa.

7.3.4 Os dados coletados serviram como referência para a definição dos valores médios unitários e totais, conforme a tabela abaixo.

#### **Tabela Comparativa**



		PREGÃO ELETRÔNICO Nº G0005/2025 - UASG 153173 - FNDE (HOMOLOGADA)	PREGÃO ELETRÔNICO Nº G0017/2024 - UASG 364102 - CNPQ (HOMOLOGADA)	PREGÃO ELETRÔNICO Nº G006/2024 - UASG 150002 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)	PREGÃO ELETRÔNICO Nº G0012/2024 - UASG 320004 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	MÉDIA DO POSTO (INCLUÍDO CUSTOS INDIRETOS E DIREITOS TRABALHISTAS)
DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	ESCALA	VALOR DO POSTO (CCT)	VALOR DO POSTO (CCT 2025)	VALOR DO POSTO (CCT)	VALOR DO POSTO (CCT)	
Bombeiro Civil (diurno) Segunda a domingo	12x36	R\$ 21.286,32	R\$ 25.304,32	R\$ 24.107,30	R\$ 23.685,04	R\$ 23.595,74
Bombeiro Civil (noturno) Segunda a	12x36	R\$ 23.061,70	R\$ 27.380,64	R\$ 26.005,20	R\$ 26.735,06	R\$ 25.795,65
Bombeiro Civil Líder 12x36h	12x36	R\$ 25.751,32	-	R\$ 28.761,76	R\$ 28.549,76	R\$ 27.687,61

7.3.5 A julgar pelo valor unitário médio e anual, sobre a estimativa de valor encontrada na pesquisa de preços, a tabela abaixo corresponderia aos custos dos 13 (treze) postos para um total de 26 (vinte e seis) brigadistas sendo 2 (dois) por posto de líder e 2 (dois) para folguistas:

Grupo	Ítem	Produto	CBO	Catser	Postos	Qtd de funcionários	Valor unitário médio	Valor Mensal Total	Valor total anual
1	1	Bombeiro Civil Diurno 12x36	5771-10	Catser 25550	8	16	R\$ 5.514,35	R\$ 88.229,60	R\$ 1.058.755,20
	2	Bombeiro Civil Noturno 12x36	5771-10	Catser 25550	3	6	R\$ 5.942,36	R\$ 35.654,16	R\$ 427.849,92
	3	Bombeiro Civil Líder Diurno 12x36	5103-05	Catser 25550	1	2	R\$ 6.465,65	R\$ 12.931,30	R\$ 155.175,60
Total					12	24	R\$ 17.922,36	R\$ 136.815,06	R\$ 1.641.780,72

#### 7.4 Justificativa para Divergência de Valor de Referência em Relação à Média Nacional

7.4.1 Embora a média nacional do valor por funcionário de brigada de incêndio seja de aproximadamente **R\$ 10.643,16**, observa-se que a contratação ora em análise será realizada no Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, é imprescindível considerar as condições locais de mercado, especialmente no que se refere à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente para a categoria profissional no estado.

7.4.2 A CCT aplicável no Estado do Rio de Janeiro estabelece pisos salariais, benefícios e encargos distintos daqueles praticados em outros estados da federação. Como consequência, o custo mensal do posto de trabalho apresenta-se inferior à média nacional, refletindo peculiaridades regionais como:

- Menor custo de vida;
- Menores adicionais convencionados em cláusulas coletivas (ex.: insalubridade, alimentação, transporte);
- Menor carga horária contratual ou escalas diferenciadas.

7.4.3 Assim, a utilização dos valores praticados no mercado fluminense como referência para a contratação atende aos princípios da economicidade e da eficiência previstos no art. 11 da **Lei nº 14.133/2021**, bem como à diretriz de aderência ao mercado local estabelecida nos arts. 3º e 4º da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017**. Tal abordagem também assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme dispõe o art. 144 da referida Lei.

7.4.4 Os relatórios completos dessa contratação podem ser acessados no seguinte link:



7.4.5 Com base nos dados obtidos e na média dos valores praticados em licitações públicas recentes, o custo estimado para a contratação de 13 (treze) postos de serviços de brigada de incêndio, por 12 meses, foi fixado em **R\$ 1.784.397,36**. Essa estimativa assegura compatibilidade com o mercado e viabilidade financeira para a Administração Pública, garantindo adequação orçamentária e eficiência na contratação. Os valores finais podem sofrer ajustes conforme o resultado do processo licitatório e as condições de negociação com a empresa contratada.

7.4.6 Os valores obtidos nas contratações analisadas serviram como referência para a estimativa de custos do presente processo, garantindo maior precisão na composição dos preços e no planejamento da licitação.

## **7.5 Principais apontamentos:**

7.5.1 Existência de mercado consolidado para serviços de brigada de incêndio, com empresas qualificadas para atender às exigências técnicas e normativas.

7.5.2 Necessidade de credenciamento e certificação junto aos órgãos reguladores, garantindo conformidade com as normas do CBMRJ e da ABNT.

7.5.3 Importância da capacitação contínua dos profissionais, com treinamentos periódicos e reciclagens obrigatórias.

7.5.4 Disponibilidade de referências de contratações similares na Administração Pública, demonstrando a viabilidade e competitividade do serviço no mercado.

7.5.5 Dessa forma, o levantamento de mercado evidencia que a terceirização dos serviços de brigada de incêndio é uma solução viável e eficiente, garantindo segurança institucional, conformidade legal e continuidade operacional do Ministério da Cultura.

7.6. A definição das jornadas de trabalho no Termo de Referência observa as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente o art. 59-A, que admite a adoção da escala 12x36 para atividades que demandam continuidade operacional, como é o caso dos serviços de brigada de incêndio.

7.7. Nos termos do referido dispositivo, a jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso configura regime regular, sendo que eventual extrapolação da carga horária mensal de referência (156 horas) enseja o pagamento de horas extras, o que reforça a necessidade de adequado dimensionamento da força de trabalho.

7.8. Adicionalmente, destaca-se a existência de especificidades operacionais inerentes aos postos de brigada de incêndio, os quais exigem cobertura ininterrupta e elevado grau de prontidão, não sendo admissível a descontinuidade da prestação dos serviços, ainda que por curtos períodos.

7.9. Nesse contexto, a previsão de profissionais folguistas na planilha de custos e formação de preços mostra-se medida indispensável para assegurar:

- a observância dos intervalos legais (intrajornada e interjornada);
- o cumprimento das escalas de trabalho (12x36 e, quando aplicável, 24x72);
- a cobertura dos postos durante afastamentos legais e períodos de descanso;
- a mitigação de riscos trabalhistas decorrentes de sobrejornada.

7.10. Ressalta-se, ainda, que, em situações específicas que envolvam maior complexidade operacional, admite-se a adoção de escalas diferenciadas, como 24x72, desde que observadas as normas coletivas aplicáveis e a devida comunicação ao sindicato laboral, o que reforça a necessidade de planejamento prévio e dimensionamento adequado das equipes.

7.11. Dessa forma, a inclusão de folguistas não constitui mera liberalidade da Administração, mas sim medida técnica necessária para viabilizar a execução contratual em conformidade com a legislação trabalhista e com as exigências operacionais do serviço.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 941.591,29

**8.1 O valor estimado para a contratação é de R\$ 941.591,29 (novecentos e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos).**

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1 No caso específico da contratação dos serviços de brigada de incêndio, não é viável a adoção do parcelamento, uma vez que a prestação do serviço exige continuidade e integralidade para garantir a segurança da edificação e de seus ocupantes.

9.2 Os principais motivos que fundamentam a impossibilidade de parcelamento são:

9.3 Natureza contínua do serviço – Os serviços de brigada de incêndio são essenciais para a prevenção e resposta imediata a emergências, exigindo disponibilidade ininterrupta de profissionais qualificados, sem possibilidade de fracionamento na execução;

9.4 Unidade operacional – A estruturação da brigada exige um corpo técnico coeso e bem treinado, o que demanda planejamento integrado na contratação, evitando descontinuidade nos postos de trabalho e comprometimento da eficiência operacional;

9.5 Risco à segurança e ao patrimônio público – O fracionamento da contratação poderia gerar lacunas na cobertura da brigada, comprometendo a pronta resposta a incidentes e colocando em risco a integridade do edifício e das pessoas que circulam no local;

9.6 Exigências normativas – A legislação e as normas técnicas aplicáveis não preveem a possibilidade de execução parcial dos serviços de brigada de incêndio, sendo imprescindível a contratação integral para garantir a conformidade com o Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro (CBMRJ) e as diretrizes de segurança contra incêndio.

9.7 Dessa forma, o parcelamento não se aplica à presente contratação, sendo imprescindível a contratação integral do serviço, de modo a assegurar a continuidade das operações e o cumprimento das exigências de segurança e normativas.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 No presente caso, destaca-se que a contratação da manutenção de extintores, conduzida no Processo nº 01400.022680/2025-39, se enquadra como contratação correlata e interdependente à contratação da brigada de incêndio, uma vez que ambos os serviços são complementares e indispensáveis à efetiva proteção do edifício.

10.2. Enquanto a brigada de incêndio é responsável pela atuação preventiva e emergencial em situações de risco, a manutenção dos extintores assegura a disponibilidade, a conformidade técnica e a plena eficiência dos equipamentos que serão utilizados como instrumentos primários de combate ao fogo. Dessa forma, a ausência da contratação correlata comprometeria a atuação da brigada, além de inviabilizar a obtenção da regularização junto ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CMBRJ).

10.3. Assim, as contratações devem ser conduzidas de forma articulada, garantindo a integração dos serviços necessários à segurança da edificação, à preservação do patrimônio histórico e à proteção dos futuros ocupantes.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A presente contratação encontra respaldo institucional no Plano Nacional de Logística – PNL, que estabelece os procedimentos operacionais relacionados às aquisições de bens e contratações de serviços necessários ao funcionamento e ao cumprimento da missão institucional do Ministério.

11.2 A contratação pretendida está alinhada aos objetivos estratégicos do Ministério da Cultura, especialmente no que se refere à eficiência na gestão pública, à promoção do desenvolvimento urbano sustentável e à melhoria da infraestrutura urbana, contribuindo para a execução eficaz das políticas públicas sob responsabilidade da Pasta.

## DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

11.3 Os postos de trabalho serão organizados em turnos de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, totalizando 36 horas semanais, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 11.901/2009.12

11.3.1 A escala será distribuída seguinte forma:

**Tabela V**

CATEGORIA	ESCALA	HORÁRIO	UNIDADE	CBO
BRIGADISTA CIVIL LÍDER	12X36	7h às 19h	Posto	5103-05
BRIGADISTA CIVIL DIURNO	12X36	7h às 19h	Posto	5771-10
BRIGADISTA CIVIL NOTURNO	12X36	19h às 7h	Posto	5771-10

11.3.2 Observação: O serviço será prestado de forma ininterrupta, incluindo sábados, domingos e feriados. Durante o período noturno e nos finais de semana, permanecerão apenas dois bombeiros por turno no edifício, conforme as diretrizes do item 4.6.3.1 da IT 17/2022 CBMERJ.

11.4 A definição dos horários poderá ser ajustada, desde que mantida a carga horária regulamentar estabelecida neste estudo e mediante aprovação da Contratante, sem necessidade de aditivo contratual.

### Local da prestação de serviço

11.5 O serviço será executado no edifício “Palácio Gustavo Capanema”, localizado no Rua da Imprensa, 16, Centro, Rio de Janeiro /RJ – CEP: 20030-120. Para composição dos valores da cotação de preços, foram observados os pisos salariais das respectivas categorias, fixados em convenção ou acordo coletivo de trabalho, assegurando equidade na remuneração dos profissionais.

### Atribuições dos Brigadistas

11.6 Os brigadistas alocados deverão desempenhar suas funções com zelo e eficiência, observando as seguintes responsabilidades:

#### Inspeção Periódica e Prevenção

11.7 Realizar inspeções periódicas nas instalações para identificação de riscos;

11.7.1 Inspecionar equipamentos de combate a incêndio, assegurando sua operacionalidade;

11.7.2 Avaliar as rotas de fuga, garantindo que estejam desobstruídas e devidamente sinalizadas;

11.7.3 Emitir relatórios detalhados sobre riscos identificados e sugerir medidas corretivas;

11.7.4 Participar de simulados de combate a incêndios e primeiros socorros;

11.7.5 Manter-se vigilante e disponível para suporte a emergências;

11.7.6 Acionar imediatamente o Corpo de Bombeiros e prestar os primeiros socorros, quando necessário.

### 11.8 Qualificação Profissional do Brigadista

- Os profissionais alocados deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:
- Idade mínima de 18 anos;
- Ensino Médio completo;
- Estar quite com as obrigações militares (para homens);
- Apresentar atestado médico de aptidão física e mental;

- Possuir certificado de formação ou especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, com carga horária mínima de 150 horas/aula, conforme exigido pela Instrução Técnica IT 17/2022 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), que estabelece os requisitos mínimos para a atuação de bombeiros civis e brigadas de incêndio no estado.

### **Justificativa para a Experiência e Qualificação**

11.9 A exigência de experiência e qualificação profissional para bombeiros civis é essencial para:

11.10 Garantir um nível adequado de preparo técnico, dada a complexidade das atividades envolvidas;

11.12 Assegurar que o profissional esteja apto para responder a emergências em ambientes de grande circulação de pessoas;

11.13 Possibilitar interação eficiente com outros profissionais, como seguranças, equipes de manutenção e forças de segurança pública;

11.14 Cumprir as normas de segurança e regulamentações do CBMRJ, garantindo conformidade legal e operacional.

### **11.15 Ações de Planejamento, Acompanhamento e Prevenção**

11.16 Os brigadistas deverão implementar ações preventivas, incluindo:

11.17 Identificação e avaliação de riscos existentes no edifício;

11.18 Emissão de relatórios técnicos sobre irregularidades nos sistemas preventivos;

11.19 Monitoramento periódico de extintores, hidrantes e rotas de fuga;

11.20 Execução de simulados periódicos de evacuação e combate a incêndio;

11.21 Fiscalização da manutenção dos sistemas de segurança, com recomendação de melhorias;

11.22 Inspeção de sistemas elétricos e instalações que possam apresentar riscos de incêndio.

### **11.23 Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono (PPCIA)**

11.24 A empresa contratada será responsável por:

11.25 Organizar e coordenar o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios e Abandono (PPCIA);

11.26 Revisar e atualizar o PPCIA sempre que necessário ou solicitado pela Administração;

11.27 Assegurar conformidade com as normas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), notadamente a Instrução Técnica IT 17/2022 – Brigada de Incêndio, bem como com o Decreto Estadual nº 42.507/2010, que regulamenta o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico no Estado do Rio de Janeiro;

11.28 Elaborar procedimentos específicos para pessoas com mobilidade reduzida em caso de evacuação emergencial.

### **11.29 Ações de Emergência**

11.30 Em situações de emergência, os brigadistas deverão:

11.31 Identificar e avaliar a gravidade do evento;

11.32 Atender de imediato qualquer chamado de emergência dentro das dependências do Ministério;

11.33 Auxiliar na evacuação do edifício e realizar primeiros socorros e resgate de vítimas;

11.34 Acionar o Corpo de Bombeiros, solicitando seu comparecimento ao local;

11.35 Controlar princípios de incêndio, utilizando extintores e hidrantes internos;

11.36 Gerenciar o pânico e prestar assistência à população da edificação;

- 11.37 Interromper o fornecimento de energia elétrica e gás, quando necessário;
- 11.38 Fornecer dados gerais sobre a ocorrência às autoridades competentes;
- 1.38 Registrar todas as ocorrências e propor medidas preventivas para evitar recorrências.
- 11.40 A solução proposta garante a conformidade legal, a continuidade do serviço de brigada de incêndio e a segurança da edificação e de seus ocupantes.
- 11.41 O modelo de prestação do serviço adotado assegura a eficiência operacional, com alocação adequada de profissionais qualificados a segurança preventiva e ostensiva, minimizando riscos de incêndio e pânico. É imprescindível o cumprimento das normativas técnicas do CBMERJ e legislação vigente, implementando medidas de prevenção, controle e resposta a emergências. A contratação da brigada de incêndio terceirizada possibilita um serviço altamente especializado, garantindo a preservação da vida, do patrimônio e a continuidade das operações do Ministério da Cultura.

## **DOCUMENTAÇÃO**

### **11.42 Regularidade jurídica**

- 11.43 Estar regularmente registradas nos órgãos competentes (Junta Comercial e Receita Federal)
- 11.44 Possuir alvará de funcionamento e registro no Corpo de Bombeiros, conforme exigências estaduais;
- 11.45 Está devidamente cadastrada, registrada e inscrita junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), estando credenciada a exercer a atividade descrita abaixo em conformidade com as disposições da Instrução Técnica IT 17/2022 – Brigada de Incêndio, do Decreto Estadual nº 42.507/2010, que regulamenta o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico no Estado do Rio de Janeiro, bem como demais Normas de Procedimentos Técnicos (NPT) vigentes aplicáveis à atividade.
- 11.46 Garantir que seus profissionais estejam devidamente capacitados, com cursos reconhecidos e atualizados conforme as normas da ABNT (como a NBR 14276 e a NBR 14608);
- 11.47 Observar a jornada de trabalho prevista na Lei nº 11.901/2009, que é de 12x36 horas, totalizando 36 horas semanais.
- 11.48 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleições de seus administradores;
- 11.49 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 11.50 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **11.51 Regularidade fiscal**

- 11.52 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ – serão aceitos quando emitidos até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data do certame.
- 11.53 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, com abrangência da Prova de Regularidade para com o INSS, na forma da Lei;
- 11.54 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 11.55 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 11.56 Prova de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- 11.57 No caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), havendo alguma restrição na regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado para sua regularização o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, conforme LC nº 147 de 07 de agosto de 2014, para que a empresa possa usufruir desse direito, a mesma deverá apresentar o documento mesmo com restrição.

### **11.58 Regularidade trabalhista**

11.59 A empresa apresentará a Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT);  
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho conforme a (Lei 12.440/2011);

**11.60 Qualificação econômico-financeira:** A empresa apresentará a Certidão Negativa de Falência e Concordata e/ou Certidão Judicial Negativa ou Equivalente, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física.

**11.61 Qualificação técnica:** A empresa apresentará atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante está apta para fornecer/desempenhar atividade pertinente e compatível com o objeto licitado quanto a características, prazos e quantidades. O atestado deve conter a assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas.

11.62 Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Administração (CRA) – Caso exigido pelo edital.

11.63 Plano de Trabalho – Contendo a estrutura de execução do serviço, escalas de trabalho, quantidade de brigadistas e outros detalhes operacionais.

11.64 Licença do Corpo de Bombeiros – Comprovação de que a empresa está apta a operar conforme as exigências do CBMRJ (Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro).

#### **11.65 Seguro e Segurança do Trabalho**

11.65.1 Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil – Caso seja exigida pelo contrato.

11.65.2 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) – Para garantir a segurança dos trabalhadores.

11.65.3 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) – Com exames periódicos para os empregados.

#### **11.66 Documentação dos Brigadistas**

##### **11.67 Qualificação Profissional**

11.67.1 Carteira de Identidade e CPF – Para identificação do profissional.

11.67.2 Comprovante de Residência – Atualizado.

11.67.3 Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – Emitida pela Polícia Federal e pela Justiça Estadual.

11.67.4 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Prestação de Serviço – Dependendo do vínculo empregatício.

11.67.4 Certificado de Brigadista Profissional – Emitido por instituição credenciada pelo Corpo de Bombeiros.

11.67.5 Certificação em Atendimento PréHospitalar (APH) e Suporte Básico de Vida (BLS – Basic Life Support) – conforme exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), em especial as previstas na Nota Técnica CBMERJ nº 211/2019 (Brigadas de Incêndio) e no Procedimento Operacional Padrão de Atendimento PréHospitalar, atualizado em 2024.

11.67.6 Certificado de Combate a Incêndios e Emergências – Com treinamento atualizado.

#### **11.68 Documentação Complementar**

11.68.1 Ficha de Registro do Empregado – Para comprovação do vínculo.

11.68.2 Escala de Serviço – Demonstrando a organização operacional do contrato.

11.68.3 Essa documentação garante que a empresa e seus profissionais atendam a todas as exigências legais e contratuais para a execução dos serviços de brigada. A ausência de qualquer documento pode resultar na impossibilidade de assinatura do contrato ou na aplicação de sanções.

#### **11.69 Estimativa das Quantidades**

11.69.1 Para a execução dos serviços de brigada de incêndio, a empresa contratada deverá disponibilizar uma equipe composta por 24 (vinte e quatro) bombeiros civis. A distribuição entre categorias, escalas de trabalho (diurna e noturna) e jornadas no regime de 12x36 horas será definida conforme a demanda do Órgão Contratante, podendo ser ajustada durante a vigência contratual, de acordo com as necessidades operacionais.

#### **11.70 Substituições Periódicas**

**11.70.1** Uniformes completos: renovação a cada 6 (seis) meses

**11.70.2** Coturnos: renovação anual

**11.70.3** Capacetes: renovação anual, conforme CA 17098 e NBR 8221 ou sempre que forem danificados

#### **11.71 Regras para Uniformes**

**11.71.1** Entrega gratuita e obrigatória dos uniformes a todos os empregados no início da execução do contrato;

**11.71.2** Substituição imediata em caso de desgaste, no prazo máximo de 1 hora após comunicação formal da Contratante;

**11.71.3** Uniformes apropriados para empregadas gestantes, ajustáveis conforme necessidade;

**11.71.4** Registro e fiscalização: a entrega dos uniformes deverá ser comprovada mediante recibo assinado, com cópia enviada à Fiscalização Técnica do Contrato;

#### **11.75 Identificação padronizada**

11.75.1 Razão social ou nome da empresa

11.75.2 Logotipo da prestadora de serviço

11.75.3 Crachá de identificação, autenticado pela empresa, com validade de 6 meses

11.75.4 Descrição “Brigadista” na parte posterior do uniforme

11.75.5 Identificação do local de prestação do serviço

11.75.6 Proibido a fixação de brevês, insígnias, medalhas ou congêneres no uniforme do Bombeiro Civil.

#### **11.76 Normas Aplicáveis**

11.76.1 A empresa deverá observar as disposições do Decreto nº 17.295 /1996, que regula a criação das Brigadas de Incêndio no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e da Lei nº 11.901/2009, que disciplina a profissão de Bombeiro Civil.

11.76.2 Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Ferramentas EPIs Obrigatórios

11.76.3 Óculos de proteção resistente a impactos, choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros, armação e haste regulável fixa na armação por pinos metálicos, proteção contra riscos, proteção lateral injetada na mesma peça (EPI).

11.76.4 Luvas de raspa de couro

11.76.5 Rádio de comunicação HT/Nextel ou similar

11.76.6 Lanterna recarregável de no mínimo 06 volts e 27 lâmpadas de LED

#### **11.77 Materiais de Primeiros Socorros**

11.77.1 Os kits de primeiros socorros

11.77.2 Compressas de gaze, algodão hidrófilo, ataduras elásticas, bandagens triangulares;

11.77.3 Plástico protetor para queimaduras, luvas descartáveis, fita adesiva esparadrapo;

11.77.4 Colar cervical regulável, prancha longa de imobilização, colete de imobilização dorsal;

11.77.5 Desfibrilador Automático Externo (DEA) e máscara RCP para respiração boca a boca;

11.77.6 Tesoura ponta romba, termômetro clínico digital, oxímetro de pulso.

<b>MATERIAIS DE PRIMEIRO SOCORROS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade</b>
Álcool etílico a 70% P/V, para superfícies fixas, antisepsia da pele em procedimentos de médio e baixo risco, com validade de 24 meses, apresentação em frasco de 1000 ml	Frasco	6
Algodão hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo, com aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca, peso líquido de 500 gramas	Pacote	4
Aparelho de pressão digital, com inflagem manual, indicação para pressão arterial e batimentos cardíacos, com bateria sobressalente (baterias reservas)	Unidade	3
Atadura de crepe, de 6 cm x 3 m, 10 cm x 4,5 m, 15 cm x 4,5 m, cor natural, com 13 fios, constituído de fios de algodão cru, bordas devidamente acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas	Rolos de Cada Tamanho	6
Atadura elástica de 10 cm x 4,5 m, com acabamento especial para aumento da durabilidade, da pressão do enfaixamento, com ótimo nível de estiramento	Rolo	2
Bandagens triangulares (142cm x 100cm x 100cm)	Unidade	3
Bolsa térmica gel quente/frio 250ml	Unidade	2
Bolsa para resgate grande, confeccionada em “ripstop”, com divisórias, bolsos internos, bolsos externos, medindo aproximadamente: C 40cm x L 30cm x A 10cm e velcro na tampa	Unidade	2
Cadeira de rodas adulto (capacidade até 120 kg)	Unidade	2
Cadeira de rodas adulto (capacidade até 160 kg)	Unidade	1
Colar cervical, confeccionado em polipropileno, radioluminescente, com suporte adaptável a qualquer forma de mandíbula	Unidade	4
Cobertor térmico de emergência (aluminizado), confeccionado em polietileno, medindo 2,10m x 1,40m	Unidade	10
Cuba rim em aço inox, tamanho médio	Unidade	3
Curativo microporoso, resistente à água, tamanho: 19 mm x 75 mm, em caixa com 30 unidades	Caixa	5
Gaze esterilizada, 7,5 x 7,5 cm, 13 fios, 8 dobras, algodão hidrófilo, pacote com 10 unidades	Pacote	20
Lençol descartável, tamanho 70cm x 50m (rolo), caixa com 10 unidades	Caixa	3
Luva de látex para procedimento hospitalar, descartável, caixa com 100 unidades	Caixa	6
Lixeira hospitalar retangular 15 litros, com pedal, fabricada em polipropileno	Unidade	2
Máscara de RCP-descartável, em plástico impermeável, com válvula que impede retorno de ar	Unidade	25
Máscara cirúrgica descartável, formato retangular, com elástico, em caixa com 50 unidades	Caixa	4
Pinça anatômica, em aço inox, 14 cm	Unidade	3
Pinça mosquito curva, em aço inox, 12 cm	Unidade	3
Plástico protetor de queimaduras e eviscerações (50cm x 50cm), esterilizado	Unidade	6
Prancha longa polietileno (190cm x 45cm) com imobilizador de cabeça, conjunto completo	Unidade	3
Respirador purificador de ar tipo peça um quarto facial, tamanho único, com filtros químicos classe 1	Unidade	7
Saco plástico para lixo hospitalar branco leitoso, 15L, pacote com no mínimo 50 unidades	Pacote	2
Soro fisiológico de 0,9%, embalagem plástica de 500 ml	Frasco	12
Termômetro clínico digital, com “beep” sonoro, visor grande, desligamento automático	Unidade	3
Tesoura cirúrgica ponta romba	Unidade	3

#### 11.78 Regras de Reposição

11.78.1 Materiais com prazo de validade deverão ser substituídos antes do vencimento;



11.78.2 Materiais sem validade serão repostos sempre que apresentarem desgaste ou falha;

11.78.3 A Contratada deverá fornecer treinamento para uso adequado do DEA, com emissão de certificação.

11.78.4 A empresa contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de EPIs, uniformes, equipamentos de comunicação e primeiros socorros, garantindo que todos os itens estejam em conformidade com as normas técnicas vigentes e disponíveis durante toda a vigência do contrato. O custo dos equipamentos não poderá ser repassado aos empregados da Contratada.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

### **12.1 Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.2 A contratação visa dar continuidade aos serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico, para preservar em tempo integral as instalações das edificações do edifício citado e a integridade física dos servidores e demais colaboradores que utilizam suas dependências, de forma permanente ou eventual.

12.3 Espera-se com esta nova aquisição o atendimento de forma adequada à necessidade de manutenção de brigadista, proporcionando ambiente seguro e atendendo a todos os preceitos legais vigentes, como:

12.4 Proteção do patrimônio do Palácio Gustavo Capanema;

12.5 Garantia da prevenção e controle de incêndios, minimizando riscos de danos estruturais e assegurando a integridade dos bens públicos.

12.6 Segurança da população fixa e flutuante

12.7 Preservação da integridade física de servidores, colaboradores e visitantes do Palácio Gustavo Capanema, garantindo um ambiente seguro e preparado para emergências.

### **12.8 Prestação contínua dos serviços de brigada de incêndio**

12.9 Assegura a disponibilidade ininterrupta de profissionais capacitados para atuar na prevenção, combate a incêndios e resposta a emergências.

### **12.10 Atendimento às normas técnicas e exigências legais**

12.11 Cumprimento rigoroso das diretrizes do Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro (CBMRJ), bem como das legislações aplicáveis, garantindo conformidade com os requisitos de segurança.

## **13. Providências a serem Adotadas**

### **13.1 Providências a serem Adotadas**

13.2 No caso específico da contratação dos serviços de brigada de incêndio, não há providências administrativas prévias a serem adotadas para viabilizar a contratação, uma vez que todos os requisitos necessários já estão contemplados no Termo de Referência e no planejamento orçamentário do órgão.

13.3 A execução do certame seguirá os trâmites normais de licitação, sem necessidade de ações adicionais por parte da Administração antes da formalização do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### 14.1 Possíveis Impactos Ambientais

14.2 A presente contratação não apresenta riscos ambientais diretos. Pelo contrário, a atuação da brigada de incêndio poderá contribuir significativamente para a prevenção e o controle imediato de eventuais focos iniciais de incêndio, mitigando potenciais impactos ambientais negativos no Edifício “Palácio Gustavo Capanema”.

14.3 Em alinhamento com os princípios da sustentabilidade, o serviço deverá observar, no que couber, as diretrizes estabelecidas na 7ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicada em outubro de 2024 pela Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU /AGU, disponível em Guia Nacional de Contratações Sustentáveis Além disso, deverão ser respeitadas as metas e ações previstas.

14.4 A empresa contratada deverá adotar práticas que respeitem as normas ambientais vigentes, utilizando materiais e tecnologias ecologicamente corretos, e promovendo ações que minimizem ou mitiguem eventuais danos ao meio ambiente. A sustentabilidade deverá ser observada em todas as fases do procedimento licitatório, desde o planejamento até a execução contratual.

14.5 Por fim, destaca-se que a Lei nº 14.133/2021, nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, consagra o desenvolvimento nacional sustentável como um dos princípios fundamentais da contratação pública. A norma reforça que o incentivo à inovação e à sustentabilidade deve ser um dos objetivos centrais do processo licitatório, promovendo contratações mais responsáveis e alinhadas com os compromissos socioambientais do Estado brasileiro.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

#### 17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. O presente planejamento foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa SEGES n 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital., bem como em atendimento aos requisitos técnicos necessários para o cumprimento das demandas e do objeto da contratação.

17.2. A proposta atende de forma adequada e mostra-se viável às necessidades operacionais do órgão, dessa forma, declara-se a viabilidade da contratação e recomenda-se a formalização da aquisição proposta, considerando a necessidade, economicidade e adequação técnica da presente demanda.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUSTAVO RIBEIRO DA ROCHA**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 10:31:42.

**EDUARDO DE SOUZA E ALBUQUERQUE BARBOSA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 10:29:53.*